

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CEPRAM

No dia 19 de abril de 2018, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico -SDE, ocorreu a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEPRAM. Estiveram presentes os conselheiros abaixo listados, além de convidados. À pauta constaram os seguintes itens: 1) Análise da Resolução CEPRAM nº 4.579, de 06 de março de 2018 que alterou *ad referendum* do Colegiado, o Anexo I da Resolução CEPRAM nº 4.327, 31 de outubro de 2013, visando a sua adequação ao disposto no Decreto Estadual nº 18.218 de 26 de janeiro de 2018, bem como no Decreto Estadual nº 16.963 de 17 de agosto de 2016 e no Decreto Estadual nº 17.921 de 04 de setembro de 2017 e no Decreto Estadual nº 17.936 de 06 de setembro de 2017; 2) Análise da minuta do Edital de convocação para o Processo de Eleição das representações da sociedade civil e do setor empresarial no âmbito do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM, biênio 2018/2020; 3) Aprovação do Calendário das Reuniões Ordinárias do CEPRAM referente ao ano de 2018. O Secretário e Presidente do CEPRAM, Geraldo Reis iniciou a reunião convidando todos os conselheiros a participarem de um grande seminário de avaliação e encerramento do Programa de Desenvolvimento Ambiental – PDA que será realizado pela SEMA/INEMA, no Hotel Fiesta, amanhã. Esse programa foi financiado pelo Banco Internacional de Desenvolvimento - BID e uma das recomendações do Banco é justamente essa instância de avaliação e, nesse seminário, haverá duas grandes palestras na abertura: uma do presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, Anivaldo Miranda, e outra do professor Ladislau Dowbor, economista e um dos grandes pensadores que o Brasil sobre a relação entre estado e sociedade. Também serão apresentadas uma série de produtos resultantes desse programa financiado pelo BID. Após o convite Mariana Mascarenhas (SECEX) iniciou o primeiro ponto de pauta, referente à resolução *ad referendum*, fazendo uma contextualização, pois nem todos estiveram presentes na reunião ordinária do dia 06 de abril. Houve a publicação do *ad referendum* fazendo essas adequações com o intuito de minimizar os conflitos entre a legislação vigente e a resolução junto aos municípios. Mariana explicou que houve a reunião da Câmara técnica de Assuntos Jurídicos e Normativos - CTAJIN no dia 23 de março para apreciação das alterações formais feitas, entretanto não houve a reunião da Câmara Técnica de Gestão ambiental Compartilhada – CTGAC, pois havia o entendimento de que não seria necessário visto que não foram feitas alterações de mérito. Diante disso, a plenária, em 06

33 de abril, suspendeu a análise do documento encaminhando para apreciação da CTGAC que
34 se reuniu em 13 de abril quando puderam identificar cada uma das adequações e também as
35 motivações para as alterações nos Decretos. Além da aprovação do *ad referendum* pela
36 CTGAC foi agendada reunião de dia inteiro dessa Câmara Técnica para o dia 24 de maio com
37 a apresentação do estado da arte do programa de Gestão Ambiental Compartilhada no
38 acompanhamento aos municípios, haverá apresentação dos consórcios de municípios sobre
39 as dificuldades que eles vem enfrentando, os pontos positivos e negativos e debater algumas
40 questões que permeiam essa resolução como um todo. A intenção é que esse debate
41 possibilite o aprofundamento necessário para iniciar a revisão da resolução que define
42 impacto local. O Presidente do Conselho, José Geraldo Reis, sugeriu que Mariana Vidal
43 (SEMA) apresentasse as alterações ocorridas no anexo I da Resolução e sua vinculação às
44 alterações dos decretos. Mariana Vidal explicou que esses ajustes no anexo não substituem
45 a demanda do Conselho em rever a Resolução CEPRAM nº 4.327/2013 de maneira ampla e
46 mais substancial e explicou que essa revisão deverá contemplar demandas dos municípios,
47 do Ministério Público, das equipes técnicas da SEMA e do INEMA e, também, dos
48 Conselheiros. Explicou que dia 20 de abril será lançado o SEIA MUNICÍPIOS que deverá ser
49 testado no segundo semestre de 2018 e era preciso fazer essas adequações para que o SEIA
50 MUNICÍPIOS fosse lançado com as consistências entre a Resolução e a Política Estadual.
51 Esclareceu também que não houve nenhuma alteração em potencial, classes, tipologias e
52 pontuou cada uma das alterações feitas pelo *ad referendum*: 1) No item A2.3.1 foi feito
53 ajuste redacional com a exclusão dos termos “*intensiva*” e “*ou similar*” restando como
54 tipologia *Piscicultura em Viveiros Escavados*. 2) O item A3.1 “*Silvicultura (vinculada a*
55 *processos industriais)*” deixou de ser de impacto local, passando a ser licenciada de modo
56 vinculado a Plano de Suprimento Sustentável – PSS, portanto de competência específica do
57 Estado. 3) em F1.6 Aeroporto foi feita a correção de um erro material, pois estava de “*área*
58 *total construída*” quando o correto seria apenas “*área total*”, afinal não existe aeroporto
59 com tamanha área construída. 4) O item F6.1, único do Grupo F6, também foi excluído
60 porque não deverá mais haver licenciamento de galpões e canteiros de obra separadamente
61 e sim atrelados ao licenciamento do próprio empreendimento. Não sendo passível de
62 licenciamento separadamente nem pelo Estado e nem pelos municípios. Mariana Vidal
63 informou que o Decreto Estadual nº 16.963 de 17 de agosto de 2016 não impactou a
64 resolução porque a atividade agrossilvopastoril já não era mesmo de impacto local e foi no



5 que este decreto mexeu, no Decreto Estadual nº 17.921 de 04 de setembro de 2017 adaptou
6 ao estabelecido pelo Código Florestal para carcinicultura e feitas correções em sinais que
7 acabaram sendo desconfigurados pela Empresa Gráfica da Bahia - EGBA no momento da
8 publicação e o Decreto Estadual nº 17.936 de 06 de setembro de 2017 tratou de maneira
9 bem específica a questão da silvicultura que estava vinculada ao processo industrial gerando
0 muita confusão com os municípios e com o próprio setor, sendo alterada conforme o
1 estabelecido pelo Código Florestal também. O Decreto nº 18.218 de 26 de janeiro de 2018
2 apenas houve alteração em aeroporto que tirou a expressão “*construída*” e também houve a
3 exclusão de galpões e canteiros de obra como atividades isoladas, passando a ser licenciado
4 conjuntamente com a obra visto que o impacto nesse caso é da obra e não da construção do
5 galpão ou dos canteiros. O conselheiro Severino Agra (UFBA) pontuou suas críticas ao fato
6 de questões relacionadas ao licenciamento ambiental serem definidas por Decreto sem que
7 o CEPRAM possa deliberar a respeito, afirmou que esse tipo de normatização é de
8 competência do CEPRAM e que o Estado está descumprindo a legislação. Com relação à
9 resolução pediu agilidade na revisão do documento como um todo e solicitou que tornem
0 claro que essa é uma norma geral, mas que os municípios podem e devem fazer os ajustes
1 conforme suas especificidades desde que respeitada a resolução. Mariana Vidal reforçou
2 que é necessário compreender que essa resolução é reflexo da Lei Complementar nº
3 140/2011, que determina que é competência do Conselho Estadual do Meio Ambiente
4 definir as tipologias de impacto local. No que se refere ao porte e ao potencial, a resolução
5 reflete o que está na Política Estadual, assim todas as propostas de alteração deverão ser
6 discutidas nas instâncias competentes (CTGAC e CTAJIN) à luz da legislação vigente. Daniel
7 Barreto (GAMBA) chamou atenção para pontos do Decreto que estão em desacordo com a
8 legislação federal como trazer a tipologia CD – 10.3 - *fabricação de artefatos de cimentos,*
9 *fibroamianto, fibra de vidro e pó de mármore e concreto* tratando de fibroamianto que está
0 banido do país e também tratar agrotóxico como defensivo agrícola enquanto essa matéria
1 ainda está em discussão no Congresso Federal. Diante disso propôs uma recomendação do
2 Conselho ao Governador para alterar esses dois pontos especificamente e disse que se
3 houver acordo com relação a isso poderá apresentar uma proposta de texto à plenária.
4 Mariana Vidal esclareceu que a questão do amianto já está pautada como consequência da
5 nova legislação federal e também de nova lei específica do Estado sendo necessária a
6 adequação do Decreto. O Secretário Geraldo Reis concordou com a necessidade de revisão

07 da resolução de maneira mais aprofundada e lembrou que a câmara técnica competente
08 para isso já iniciou esse trabalho quando, em sua última reunião, elaborou o planejamento
09 de revisão que se inicia com uma ampla reunião para compreenderem os impactos dessa
10 norma junto aos municípios. Comentou que não verificou divergência, nas falas dos
11 conselheiros, com relação ao conteúdo alterado no ad referendum e pediu aos conselheiros
12 que se ativessem a esses pontos nesse momento. Mariana Mascarenhas reforçou o trabalho
13 da CTGAC e disse que, para a próxima reunião, enviará a convocatória para todos os
14 conselheiros saberem a data, local e horário para poderem participar e também disse que a
15 SEMA e o INEMA estão à disposição para fazer reuniões com os segmentos para discutirem
16 esse assunto. Severino reforçou a necessidade de que os municípios possam fazer a
17 adequação da resolução de acordo com sua realidade, assim como os estados fazem suas
18 adequações sem contrariar a legislação federal. Por fim, reafirmou a necessidade de que o
19 CEPRAM possa opinar quando forem ser feitas alterações no Decreto. Teve o apoio de
20 Renato Cunha (GAMBA) que também se mostrou favorável a proposta feita por Daniel para
21 que seja feita uma Recomendação do CEPRAM ao Governador com relação a revisão dos 02
22 (dois) pontos do decreto. Carlos Romero (PRISMA) comentou que circula muito pelos
23 municípios e se mostrou preocupado com a falta de preparo para realizarem a gestão
24 ambiental e solicitou que haja um debate amplo sobre as competências do município e
25 também sobre o papel dos consórcios intermunicipais. João Lopes (ASSOCAFE) falou da
26 importância de que a norma seja clara porque, além de gerar diferentes entendimentos
27 juntos aos municípios, cria uma insegurança nos empreendedores que acabam perdidos em
28 diferentes interpretações e em informações infundadas a exemplo da notícia de que os
municípios passariam a autorizar a supressão de vegetação. Cajazeira (FIEB) lembrou que os
municípios emitem as certidões de uso e ocupação do solo e que acabam utilizando como
ato de licenciamento ambiental o que vem gerando muito conflito no meio empresarial.
Daniel solicitou, para as próximas reuniões do Conselho onde houver análise de resoluções
normativas e suas alterações, que seja encaminhada para os conselheiros a versão alterada
com os comentários e a versão limpa. Mariana Vidal esclareceu os questionamentos de
Severino no que se refere a regras para o licenciamento explicando que, a lei complementar
estabelece que o CEPRAM tem a competência para definir o que impacto local e ela mesma
estabelece o que é órgão ambiental capacitado, a necessidade de haver Conselho, ou seja,
tudo que deve ser observado para fins de exercício do licenciamento. Com relação a certidão



9 de uso de ocupação do solo, esclareceu que existe uma competência municipal, estabelecida
0 pela Constituição, com o regramento de uso e ocupação do solo municipal e isso não pode
1 ser confundido com um licenciamento, pois a própria Lei Complementar estabelece que o
2 licenciamento deve ser feito por um único ente, então uma certidão ou uma manifestação
3 de conformidade de uso e ocupação não pode se tomada como licenciamento. Geraldo Reis,
4 após os diversos pontos de vistas e questionamentos, colocou em votação o *ad referendum*
5 que foi aprovado pela plenária. Mariana Mascarenhas lembrou que tem a proposta de
6 Daniel sobre a recomendação para alteração de decreto quanto ao amianto e agrotóxicos. O
7 próximo ponto de pauta foi a análise da minuta do edital para o processo eleitoral do
8 CEPRAM que não foi visto na reunião passada. Mariana Mascarenhas informou que o
9 documento foi enviado para todos os conselheiros e Daniel solicitou que seja feito, o mais
0 rápido possível, o encaminhamento para todas as instituições que constam no Cadastro
1 Estadual de Entidades Ambientalistas para renovarem suas documentações. No texto do
2 edital propriamente dito, apontou que no item 3.1, inciso VII, não estão contemplados na
3 forma de escolha para sindicatos de trabalhadores urbanos, rurais e nem Universidades e
4 solicitou que no texto isso ficasse mais claro. Comentou que, nas 02 (duas) gestões
5 anteriores houve muitas vacâncias, principalmente da sociedade civil, assim sugeriu que haja
6 uma previsão para que essas vagas sejam distribuídas dentro do mesmo segmento. Leila
7 Oliveira (Sindicato Rural de Coaraci) solicitou que, no item 2 seja utilizada a terminologia
8 “*setor agrossilvipastoril*” ao invés de “*setor rural*”. Mariana Mascarenhas esclareceu que
9 todas as contribuições que foram propostas serão sistematizadas no texto e encaminhadas,
0 posteriormente para todos conselheiros e provavelmente terá que colocar o texto para ser
1 analisado e votado na reunião de maio. Daniel Barreto sugeriu alteração da redação do item
2 4.1 que diz “*os documentos necessários conforme listagem descritas no 4.2 deverão ser*
3 *entregues em envelopes lacrados*” para “*os documentos necessários conforme listagem*
4 *descritas no item 4.2 deverão ser entregues em envelopes lacrados ou por meio eletrônico*
5 *em um dos locais abaixo indicados*” visto que há a possibilidade de envio por correio
6 eletrônico descrito no item 4.2. No item abaixo que fala dos documentos necessários
7 também sugeriu a mudança de texto para uma cópia devidamente registrada em cartório.
8 Daniel sinalizou que no item 4.2 no inciso I vem a ficha de inscrição devidamente preenchida
9 disponível no sítio eletrônico da SEMA www.meioambiente.ba.gov.br e que esse é o *link*
0 geral do site, assim sugeriu que seja colocado o *link* específico de onde estará a ficha. No



inciso II pediu a alteração da redação para “*cópia devidamente registrada em cartório do estatuto ou contrato social da organização, conforme o caso*”; a mesma alteração para o inciso III. No inciso VIII pediu que fosse acrescentado a redação “*observando as ressalvas do item 7.3*”. Para o item V, sugeriu deixar o endereço eletrônico específico e não o geral. No item VI, referente às assembleias, pediu que fosse as datas das assembléias das universidades e dos sindicatos ocorressem no mesmo dia das ONGs. Daniel solicitou que no item 7.1, após o cadastro no CEEA, fosse acrescentado “*bem como os representantes indígenas e quilombolas*”, pois eles também são custeados. Mariana Mascarenhas informou que serão feitos esses ajustes ao texto do edital, manda para todos os conselheiros, e o texto não será mais discutido, mas será aprovado na próxima reunião do dia 25 de maio. João Lopes comentou sobre a dificuldade de haver quórum na reunião do Conselho e que, em parte, isto acontece porque há assentos para órgão que raramente comparecem às reuniões como é o caso da Assembleia Legislativa da Bahia – ALBA que possui dois assentos e da União de Prefeituras da Bahia – UPB. Leila Oliveira PEDIU QUE FOSSE APLICADO O Regimento Interno do CEPRAM para os casos de ausências. Mariana Mascarenhas registrou que as freqüências dos representantes de todos os setores estão disponíveis no *site* e que aplicará o regimento para essas instituições. Por fim foi aprovado o calendário para o ano de 2018: 25/05/2018, 27/07/2018, 28/09/2018 e 30/11/2018.

Secretaria Executiva: Mariana Mascarenhas

Conselheiros presentes:

Márcia Telles – INEMA

Denise Matos Mach – SDE

Livia Oliveira de Carvalho – SEPLAN

Stenio Júnior – SEDUR

Jorge Emanuel Reis Cajazeira - FIEB

Luis Fernando Galvão - SINDIBRITA

Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC

Sérgio de Almeida Bastos – COFIC

Sabrina de Branco – SINDPACEL

Wilson Galvão Andrade – SINDFIBRAS

Luiz Carlos Café – ACB

- 3 Diogo Assis Cardoso Guanabara – PETROBAHIA S/A
- 4 Ruy Argeu do Amaral Andrade – SINDICOM/BA
- 5 Mariene Salatier Oliveira – CETREL S.A
- 6 Leila Márcia Oliveira – Sindicato Rural de Coaraci
- 7 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ
- 8 Jose Getúlio Andrade – Serviços e Turismo do Estado da Bahia
- 9 Severino Soares Agra Filho – UFBA
- 0 Luiz Vitor Ernesto Marsala – CEPEDDES
- 1 Ércio da Silva Araújo – Instituto Baleia Jubarte - IBJ
- 2 Daniel Barreto – GAMBÁ
- Renato Cunha – GAMBÁ
- 4 Carlos Romero Oliveira de Carvalho - PRISMA
- 5 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz - Associação Flora do Brasil

